

Confirmação de Temer deve aprofundar desobediência civil, diz Marcha das Mulheres

31/08/2016



Para a ativista Sarah de Roure, impeachment de Dilma

Rousseff vai acirrar disputa ideológica na sociedade; ela também diz que mulheres percebem-se diretamente afetadas por políticas de Temer

Rede Brasil Atual – Ao dizer que a profundidade do golpe parlamentar consolidado hoje (31) pelo Senado ainda não foi exatamente mensurada por todos os segmentos sociais, a ativista da Marcha Mundial das Mulheres Sarah de Roure afirma que concorda com as práticas de desobediência civil, aventadas já por lideranças do campo progressista para ampliar a resistência ao governo ilegítimo de Michel Temer. “O movimento de mulheres talvez tenha muito a dizer sobre isso. Parte importante da nossa luta e nossa resistência não passa pela institucionalidade, não passa só pela negociação, espaço de conferência ou conselho, mas pelo diálogo na sociedade, por uma disputa ideológica junto à sociedade”, afirmou.

A desobediência civil foi o recurso destacado pelo poeta e sobrevivente da ditadura civil-militar no país Hamilton Pereira, conhecido também pelo pseudônimo de Pedro Tierra, que em entrevista ao [Brasil de Fato](#), disse que essa deverá ser uma das formas de luta que vai marcar esse período de retrocesso no país. “Temos que preparar a sociedade brasileira para grandes campanhas de desobediência civil. Acho que nós temos que começar a fazer isso e cada um inventa a sua maneira, como os jovens têm feito nas ocupações das escolas em São Paulo e em outros lugares do Brasil”, disse Pereira.

Para Sarah de Roure, a percepção das mulheres de que está acontecendo um ataque à democracia no país é algo forte: “O significado disso para as mulheres é muito concreto quando a gente percebe esse tema de como as mudanças no sistema político vão pouco a pouco impactando a vida das mulheres. Por um lado, vai-se estabelecendo um governo que implementa um programa político que não foi eleito e cria um conjunto de políticas que afetam a vida das mulheres diretamente”.

A ativista vê entre os principais desdobramentos do golpe o ataque às faixas populares do programa Minha Casa Minha Vida. “As mulheres são titulares desse programa, as mulheres têm sido a maioria entre os beneficiários de políticas públicas que têm sido cortadas pelo governo que vai se implementando. A interrupção autoritária do mandato da presidenta Dilma não é apenas um interrupção de mandato, mas a interrupção de um conjunto de políticas e programas não apenas implementados nos últimos anos, mas também garantidos pela Constituição”, afirmou.

“O que a gente conhece como marco democrático no Brasil, aquilo que tem a ver com a distribuição da renda e o espaço de participação, tudo isso está em franco retrocesso”, disse ainda a ativista. “Nós participamos da Frente Brasil Popular, em articulação com outros movimentos sociais, e também da Frente Povo Sem Medo. Nesses últimos meses temos não só nos somado aos processos de mobilização junto com outros movimentos

sociais, mas também tentando articular processos próprios das mulheres nas regiões e nos bairros, fortalecendo a organização das mulheres nas comunidades e bairros”, afirmou.